



TJMA premia varas e juizados que reduziram consumo de recursos



As unidades judiciais que conseguiram reduzir o consumo de energia, telefone, papel, água e combustível na Justiça estadual foram homenageados, em março, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, com o "Prêmio de Gestão de Gastos e Responsabilidade Ambiental".

Ao todo, 143 unidades judiciais foram avaliadas no levantamento das ações de gerenciamento que contribuíram para o controle de gastos e para o uso apropriado dos recursos naturais, resultando em menor desperdício. Mais de 60% delas tiveram pontuação expressiva na avaliação final.

A Turma Recursal de Imperatriz foi a primeira colocada do ranking final das unidades judiciais que

se destacaram. Em segundo lugar a Comarca de Passagem Franca, e em terceiro a Comarca de Santa Luzia.

O 3º Juizado Especial Criminal foi o quarto melhor colocado, ficando o quinto lugar com a Comarca de Poção de Pedras.

Uma carta de crédito, que dá direito à prioridade na aquisição das melhorias nas unidades vencedoras, foi entregue aos magistrados representantes das varas e juizados agraciados.

Na avaliação da economia no gasto de insumos foram verificadas contas de telefone, resmas de papel, mililitros de água, quilowatts de energia e litros de combustível utilizados no ano de 2010.

REINVESTIMENTO - O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou que a economia obtida será reinvestida na melhoria estrutural, na aquisição de móveis e equipamentos para as unidades judiciais da capital e do interior do Estado.

"A Constituição Federal atribui ao Poder Público o dever de ajudar na preservação do meio ambiente. Nesse sentido, é importante que os magistrados e servidores continuem contribuindo efetivamente para o sucesso da iniciativa, consolidando o compromisso do Judiciário de zelar pela natureza", afirmou o presidente.

O anúncio das experiências vencedoras foi feito pela juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do

Núcleo de Planejamento Estratégico, Sônia Amaral. "Temos que contribuir para o desenvolvimento da sociedade na qual estamos inseridos e a criação desse prêmio — que se repetirá ao longo de cada ano — mostra que estamos no caminho certo", ressaltou.

META - A busca por mais eficiência na utilização dos recursos de infraestrutura do TJMA atende à Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu para os tribunais a redução, em pelo menos 2% do consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível.

EDITORIAL



Com os múltiplos projetos desenvolvidos de forma criativa e contundente, o Tribunal de Justiça vem profissionalizando o modelo de gestão do Poder Judiciário, para melhor gerenciar suas atividades.

O projeto de fazer um redesenho funcional da estrutura da Justiça

maranhense, trabalham de forma objetiva, com planejamento e metas – vem garantindo a materialização de avanços importantes do ponto de vista institucional.

O Prêmio de Gestão de Gastos e Responsabilidade Ambiental, focado no uso apropriado dos recursos naturais, trouxe números animadores, com a significativa redução de gastos com telefone, papel, água, energia elétrica e combustível em 87 unidades judiciais.

O fato de trabalharmos com indicadores de atuação nos permite hoje uma visão global das necessidades do Poder Judiciário. Com isso, está sendo possível padronizar os procedimentos, reduzindo o tempo e a burocracia em prol da celeridade processual.

O compromisso institucional de promover de uma Justiça célere traduz-se também com a transparência dos seus atos administrativos, cujo rigor gerencial poder ser observado na prestação de contas entregue, em março, ao Tribunal de Contas do Estado, onde constam relatórios financeiros detalhados dos investimentos feitos em ações de melhorias nas áreas judiciária, administrativa, de informática e infraestrutura, principalmente no âmbito da Justiça de 1º Grau, prioridade da nossa gestão.

A efetividade das metas do plano de gestão estratégica exige do Poder Judiciário, na medida do possível, a viabilização de parcerias, para garantir respostas rápidas nos atos judiciais, no modelo do convênio que celebramos com a Serasa Experian, que permite aos juízes a emissão de ordens judiciais eletrônicas, para a realização de alterações cadastrais no banco de dados daquela empresa, economizando tempo e papel.

Seguimos otimistas com as iniciativas que visam elevar a qualidade da gestão do Poder Judiciário, colocando a Justiça no trilho da modernização, tendo sempre em vista a melhoria dos serviços relacionados à entrega da prestação jurisdicional.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

TJMA realiza III Mutirão Carcerário do Maranhão



Desembargador Fróz Sobrinho abre trabalhos do III Mutirão Carcerário do Maranhão

Por meio de parceria, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deram início, em 17 de março, ao III Mutirão Carcerário, com o objetivo de examinar a situação penal de presos sentenciados e provisórios, verificando a possibilidade de concessão de liberdade ou outros benefícios, e a adequação das condições de encarceramento à recuperação e reinserção dos presos à sociedade.

A abertura do mutirão reuniu no salão do júri do Fórum de São Luís o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon; o corregedor geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro; o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, desembargador Froz Sobrinho; os juízes auxiliares do CNJ, Luciano Losekan e Éder Jorge; dirigentes do Ministério Público, da OAB, Defensoria Pública, e outras instituições.

O presidente desembargador Jamil Gedeon ressaltou que o Judiciário maranhense tem avançado significativamente na execução da política carcerária, com a criação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização e investimentos na virtualização de processos das varas de execução criminal.

Ao declarar aberto o mutirão, o desembargador Fróz Sobrinho admitiu estar diante de uma situação problemática e complexa, mas disse ter certeza de que, com o apoio do Ministério Público, dos juízes, advogados e secretários de Justiça e segurança pública, essa realidade será mudada.

Na ocasião, o coordenador do mutirão, juiz Éder Jorge, incluiu dentre as finalidades da iniciativa o rigoroso cumprimento dos

processos criminais, para evitar que continuem presos os detentos que já têm direito à liberdade. O mesmo rigor deve ser aplicado em relação aos detentos cujos processos lhes garantem a progressão da pena.

INSPEÇÃO - No dia 24 de março o coordenador inspecionou o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde vistoriou as instalações físicas e checkou as condições de encarceramentos dos presos da Casa de Detenção (CADET), do Centro de Detenção Provisória (CDP), dos presídios de Pedrinhas e São Luís e do Centro de Reeducação e Inserção de Mulheres Apenadas (CRISMA).

O juiz conversou com os presos, anotou reclamações, tirou fotos e solicitou informações à diretoria por meio do formulário de inspeção.

Durante a inspeção foi feito o levantamento de informações sobre o número de vagas para presos em medidas disciplinar, presos em celas de proteção, vagas para presas gestantes, número de fugas e rebeliões, além de outros itens necessários para o diagnóstico das condições encarceramento



Juiz coordenador do mutirão carcerário inspeciona celas no presídio

no Estado. O juiz visitou todas as dependências das unidades, como celas, enfermarias, refeitório, salas para cultos, visita íntima e de entrevista com advogados, e conferiu a documentação de detentos.

As informações vão compor um relatório a ser encaminhado ao CNJ e remetido às autoridades do Judiciário e do Executivo, com o objetivo de de que sejam adotadas medidas urgentes para melhorar a situação carcerária no Estado.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. José Stélio Nunes Muniz
Des. Raimundo Freire Cutrim
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Desa. Raimunda Santos Bezerra
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Raimundo Nonato de Sousa
Des. Jaime Ferreira Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo
Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins, Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn, Joelma Nascimento, Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Asscom/Ribamar Pinheiro



Tribunal investe na reforma de setores administrativos

Diversos setores administrativos do Tribunal de Justiça receberam serviços de reforma no último semestre. Foram substituídos piso, forro, revestimento, sistemas de ar-condicionado e mobília, e recuperados telhados, instalações elétricas e hidráulicas. As melhorias deram novo aspecto aos setores.

As reformas foram iniciadas e abrangeram o gabinete da vice-presidência, a diretoria judiciária, Câmaras Cíveis, salão nobre, biblioteca, Corregedoria Geral da Justiça, gabinete dos juízes auxiliares, Escola da Magistratura do Maranhão (ESMAM), coordenadoria de assistência aos encarcerados, telejudiciário, assessoria jurídica, sala das sessões cíveis e criminais, diretoria geral e coordenadoria de informática.

ASSCOM - A assessoria de comunicação da presidência foi reformada com substituição de

pontos elétricos, da rede lógica e de telefonia, do forro de madeira por pvc, de luminárias, rodapés, piso, pintura e instalação de novos aparelhos de ar condicionado.

AUDITÓRIO – No período de um mês, foi feito o serviço de reforma que substituiu carpetes, luminárias, películas nos vidros, além da reforma dos sanitários e de nova pintura.

ASSESSORIA JURIDICA – A assessoria jurídica da presidência também foi reformada. O espaço interno foi redimensionado e a mobília renovada.

CÂMARAS - As salas de julgamento foram renovadas com pintura e troca do piso, das cortinas, dos carpetes, do tablado, e das instalações elétrica e lógica.

COORDENADORIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS – a coordenadoria mudou para novas instalações, localizadas no térreo do prédio-sede do TJMA. As salas para onde foram transferidos os processos, móveis e equipamentos das quatro câmaras cíveis e outras unidades da coordenadoria foram totalmente reformadas.

As novas dependências são compostas por salas para atendimento, coordenadoria, uma sala para as 1ª e 2ª câmaras e outra para as 3ª e 4ª, além de local reservado para oficiais de justiça da coordenadoria cível.

A mudança também proporcionou facilidade de acesso ao público externo, já que as antigas instalações ficavam no primeiro andar do prédio do Tribunal.

Reparos e pintura das paredes do prédio anexo ao TJ, que dá acesso aos gabinetes dos

desembargadores, também foram executadas.

ODONTOCLÍNICA - Foram investidos mais de R\$ 170 mil nos serviços de reforma e aquisição de equipamentos de radiografia, restauração dentística, microscópio operatório clínico, dentre outros.

Em atendimento às normas exigidas pela Vigilância Sanitária, foram construídas, ainda, salas isoladas para lavagem e preparo e esterilização de materiais odontológicos.

Com a aquisição do microscópio operatório, a clínica oferece, hoje, tratamento de canal, visto que o equipamento é essencial para esse procedimento clínico.

Além de copa, depósito e arquivo, o setor tem dois sanitários – um para uso da clientela, adaptado aos deficientes físicos – e outro para uso exclusivo dos funcionários do setor.

Setores reformados



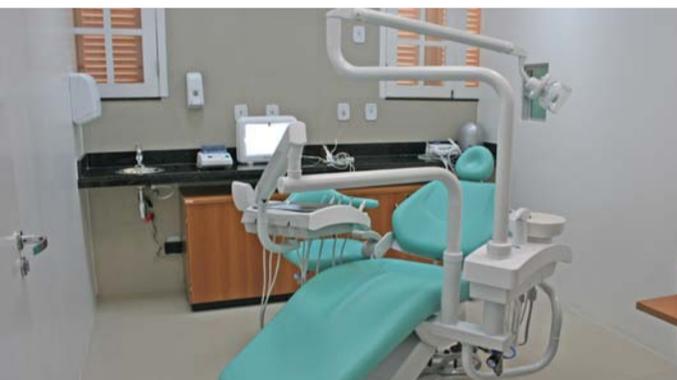
Auditório



Assessoria de comunicação da presidência



Sala de reunião



Odontoclínica



Telejudiciário



Sala de sessão de câmara



Diretoria judiciária



Biblioteca



Assessoria jurídica



Sistema do Programa Começar de Novo vira modelo para o país

O desembargador Fróz Sobrinho e mais três servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) integram o grupo de trabalho que está implantando em todo o país o sistema eletrônico de informações do Programa Começar de Novo (SCN), que centralizará todos os dados sociais e penais de presos e egressos das penitenciárias do Brasil.

O sistema permitirá o censo da população carcerária e o gerenciamento eletrônico das ações do Projeto "Começar de Novo". Foi desenvolvido pelo Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização Carcerária do TJMA, em parceria com técnicos da Secretaria de Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração do Governo do Estado.

A criação do grupo para implantar e migrar os dados do SCN foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, por meio da Portaria Nº 16, assinada pelo ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ.



Equipe de implantação do sistema do Programa "Começar de Novo"

Além do desembargador Fróz Sobrinho – que se afastou do Tribunal por 60 dias para se dedicar a essa tarefa, integram o grupo de trabalho os servidores Solon Miranda, Ariston Apoliano Junior, Lícia Dias e Edméa Leite.

O sistema já foi lançado em Minas Gerais e seguirá para os outros estados, no prazo de 12 meses.

PARCERIA – A parceria do Grupo de Monitoramento Carcerário com a Secretaria de Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração do Estado viabilizou também a criação de uma página do SCN na internet, cujos dados relativos à situação penal são alimentados pelos estados, utilizando os dados penais do Sistema de Gestão e Informação Penitenciária (Sigo), conforme termo de cooperação técnica firmado entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Convênio TJ-SERASA possibilita ordem judicial eletrônica para magistrados

Convênio celebrado, em março, entre o TJMA e a Serasa Experian permite aos magistrados maranhenses a emissão de ordens judiciais eletrônicas, determinando a realização de alterações cadastrais, exclusão e reinclusão de anotações no banco de dados daquela empresa, mediante o uso de certificados digitais e de criptografia. Antes do convênio, esses procedimentos eram realizados pelo Correio, o que demandava tempo e custos por parte do Judiciário, com correspondência, papel e tinta para impressão.

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, a iniciativa trouxe inúmeras vantagens para a Justiça estadual e para os jurisdicionados. "Além de atender o princípio constitucional da celeridade, com a virtualização dos processos judiciais, o convênio vem reduzir o tempo de tramitação e de cumprimento das ordens judiciais, se somando ao esforço do Tribunal na modernização da Justiça maranhense", ressaltou.

O convênio permite também que os juízes autorizem o cadastramento de servidores para que estes possam também encaminhar, pelo sistema, ordem judicial eletrônica. Todas as notificações do sistema que tratem de ordens judiciais serão enviadas para o e-mail cadastrado pelo magistrado.

Signatário do convênio, o corregedor geral da Justiça, desembargador Guerreiro Junior, destacou a importância da parceria do Judiciário com a iniciativa privada. "É uma iniciativa importante que traz segurança e agilidade ao processamento das informações", frisou.



Solenidade de assinatura do convênio para emissão de certificado eletrônico

ACESSO - Logo no primeiro acesso ao sistema da Serasa, os magistrados autenticarão a identidade com o uso do certificado digital e informarão o e-mail para que fiquem habilitados a emitir ordens judiciais eletrônicas.

O juiz Alexandre Abreu observou que a assinatura do convênio representa um avanço, que refletirá positivamente no trabalho dos magistrados e deverá abranger ações na área do Direito do consumidor. "É um convênio pioneiro no país e de grande alcance, que deverá ser celebrado também com concessionárias de serviços da área de telefonia, energia, dentre outras", salientou.

O Superintendente de Captação de Dados

da Serasa, Amador Alonso Rodrigues, disse que a emissão de ordens judiciais eletrônicas elimina totalmente o sistema convencional de comunicação até então utilizado. "Pelo novo sistema, as informações são processadas eletronicamente, reduzindo o tempo e o uso do papel, dando agilidade ao trabalho dos juízes e da própria Serasa, que terá em seu banco de dados informações com mais veracidade", assinalou.

Além da implantação do "software", a Serasa Experian disponibilizou gratuitamente um sistema eletrônico para a conexão e o fluxo de ordens judiciais eletrônicas exaradas pelos magistrados.

Núcleo de conciliação vai resolver conflitos

Por meio de resolução (nº. 10/2011), o TJMA criou em 16 de março o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos no Judiciário do Maranhão.

O projeto foi apresentado pelo presidente, desembargador Jamil Gedeon, em cumprimento à Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Política Nacional de Conciliação no Judiciário, estabelecendo prazos para instalação de centros judiciários e núcleos de conciliação em todos os tribunais do país.

O NÚCLEO – composto por magistrados e servidores, tem a função de pensar todo o pro-

cesso de instalação e atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, com a finalidade de promover a solução de litígios por acordo entre as partes.

"É importante fomentar a cultura da conciliação, e um passo importante para a materialização dessa ideia está sendo dado com o estabelecimento de uma política para intensificar o trabalho voltado para a resolução de litígios, garantindo a efetividade do projeto de incentivar as práticas conciliatórias no âmbito do Judiciário maranhense", ressaltou o presidente.

Os centros concentrarão as sessões de conciliação, planejando, implementando, mantendo e aperfeiçoando as ações para cumprimento da política e das metas, assim como treinamentos para os membros.

Entre outros aspectos, a criação do núcleo considerou que cabe ao Judiciário o papel de criar mecanismos de prevenção e solução consensual de conflitos e a que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos no cumprimento da exigência constitucional de celeridade na prestação jurisdicional e acesso à Justiça.

O TJMA contará com o apoio e acompanhamento do CNJ, que auxiliará na organização dos trabalhos e na efetivação de parcerias com entidades públicas e privadas para ações que venham a auxiliar a conciliação de processos.

CENTROS – O primeiro Centro de Solução de Conflitos e Cidadania do Judiciário vai funcionar no antigo prédio da Assembleia Legislativa, no centro de São Luís, que está sendo reformada para abrigar setores administrativos do Tribunal.

Além de prestar orientação aos cidadãos, os centros atenderão a juizados e varas das áreas cível, fazendária, previdenciária e de família, realizando audiências de conciliação e mediação.

A criação do centro foi precedida de reunião com o juiz Marco Falcão, membro do Comitê Gestor da Conciliação do CNJ e o juiz corregedor José Jorge Figueiredo dos Anjos (foto).



Presidente do TJMA discute implantação do centro de conciliação com juizes

Tribunal estabelece metas para gratificar produtividade

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) editou Portaria (nº 14702011) estabelecendo metas de produtividade específicas para a Central de Mandados de Imperatriz, para fins de obtenção de Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ).

Instituída pela Resolução nº 05/2011, a GPJ tem o objetivo de estimular os servidores para o alcance de metas, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Justiça à sociedade, dentro da filosofia da gestão por produtividade inserida no planejamento estratégico do Poder Judiciário, a ser executado até 2014.

De acordo com a Portaria, a Coordenadoria dos Juizados Especiais também terá que atingir metas de produtividade em 2011, entre elas a de solucionar 80% das reclamações recebidas no prazo de 30 dias e garantir que 80% das unidades autônomas de juizados es-

peciais alcancem as metas estabelecidas para a Gratificação de Produtividade Judiciária.

INFORMATICA - A Portaria estabelece ainda metas de produtividade para a Diretoria de Informática e Automação do TJMA, que deverá realizar, em 2011, 90% dos atendimentos e pedidos feitos àquele setor, bem como reparar 80% dos equipamentos no prazo de um dia útil e 75% no prazo de até cinco dias úteis.

Além de garantir 95% de disponibilidade mensal de operação de rede, a Diretoria de Informática e Automação do TJMA terá que garantir 95% de disponibilidade mensal de operação de serviço de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cumprir 80% das ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e catalogar 80% dos ativos de TIC.

Centro administrativo do TJ funcionará em novo prédio

Foram vistoriadas em março pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Jamil Gedeon, as obras de reforma do prédio onde funcionará o novo centro administrativo do Poder Judiciário.

O IMÓVEL – a antiga sede da Assembleia Legislativa do Maranhão está sendo adequado para atender às necessidades da administração do TJMA, com um espaço mais funcional e estrutura adaptada ao funcionamento dos setores administrativos.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou a importância do investimento.

Ele disse que “a mudança das unidades administrativas para o novo prédio em reforma reflete o esforço da atual gestão para dar continuidade à modernização dos métodos de trabalho e melhoria das condições físicas e

materiais com o objetivo de oferecer uma boa prestação jurisdicional aos cidadãos”.

Atualmente, a estrutura administrativa do Poder Judiciário está distribuída no edifício-sede e nos anexos da Praça Pedro II, no Centro e no bairro da Alemanha, o que gera inúmeras dificuldades dos pontos de vista logístico e financeiro.



Presidente e auxiliares visitam a obra de reforma do centro

Comarcas recebem aceleradores de conexão de internet

O Tribunal de Justiça do Maranhão está enviando às comarcas do interior equipamentos que auxiliarão na ampliação da velocidade da conexão da rede de dados do Poder Judiciário. A nova conexão amplia em quatro vezes a disponibilidade da rede e deve ser instalada em 77 unidades judiciais.

Os kits, compostos de rack, nobreak e régua serão utilizados pelos técnicos de informática para efetuar as conexões das unidades com a nova rede do Judiciário, com o auxílio de aceleradores de rede doados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os acessórios foram adquiridos com recursos próprios do Tribunal de Justiça, oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). A remessa dos materiais é feita pela Divisão de Administração Patrimonial por meio dos Correios.

No levantamento das unidades foram consideradas as comarcas onde há maior demanda de serviços e número de servidores. “A potencialização da conexão de Internet é fundamental para garantir eficiência e agilidade aos serviços prestados pelo Judiciário”, ressalta o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

EXPANSÃO - Em fevereiro, o presidente e o corregedor geral da Justiça, desembargador Guerreiro Junior, solicitaram ao superintendente regional da Oi, Lúcio Gomes, o aumento

da velocidade da internet nas comarcas do Estado, e o cumprimento dos prazos previstos no contrato de expansão mantido com a empresa.



Servidores carregam caminhão com kits para as comarcas

Além do aumento de velocidade da conexão, foi solicitada também a instalação urgente da rede banda larga em Morros e Olinda Nova, que ainda dependem de equipamentos da Oi para terem acesso à Internet.

COMARCAS - Em março, os equipamentos foram enviados para as comarcas de Buriticupu, Caxias, Urbano Santos, Coelho Neto, Penalva, Mirinzal, São Vicente Férrer, Magalhães de Almeida, São Bento, São João Batista, Guimarães, Carolina, Balsas, Bacabal, Vitória do Mearim, Zé Doca, Pindaré Mirim, Alcântara, Bequimão, Cedral, e Cururupu.

TJMA altera estrutura de órgãos administrativos da Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) referendou, em março, a Resolução nº 60/2010, que alterou a estrutura administrativa de serviços auxiliares do Judiciário.

Foram criadas novas unidades e divisões com o objetivo de incrementar a prestação da Justiça, por meio da modernização da gestão, apoio ao cidadão e valorização do servidor.

Com a decisão plenária, unânime, o serviço de Ouvidoria foi reforçado com uma estrutura de cargos e passou a agregar também o serviço de atendimento telefônico da Justiça – o Telejudiciário (08007071581).

O Núcleo de Planejamento Estratégico conta, agora, com a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, composta pelas divisões de Planejamento e de Acom-

panhamento de Dados Estatísticos. Esta última recebeu novas atribuições e passa a atender a todo o Estado.

A Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira ganhou estruturas específicas: a Divisão de Avaliação e Desempenho e a Divisão de Seleção e Movimentação, esta para cuidar do ingresso e remoção de servidores.

A Diretoria de Engenharia passou a ter duas coordenadorias: a de Serviços e Obras; e a nova Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura. Cada uma conta com uma divisão.

EQUIPARAÇÃO – Os 335 secretários judiciais deixaram de ser divididos por entrâncias e seus cargos mudaram de Direção e Assessoramento Intermediário (CDAI) para Superior (CDAS), apenas com níveis de simbologia diferentes.

Os secretários das câmaras isoladas e reunidas passam a ter a mesma simbologia do secretário de diretoria do Fórum de São Luís.

O diretor de Recursos Humanos do TJMA, Aurino Rocha, lembrou que a reestruturação equipara os cargos de secretário judicial, dando sequência a um processo iniciado com a unificação de cargos de oficial de justiça, em decisão anterior do Tribunal.





Papel do bibliotecário é discutido no Tribunal

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em parceria com a Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), o Departamento de Biblioteconomia da UFMA e o Conselho regional de Biblioteconomia promoveram, no dia 12 de março, evento comemorativo do Dia do Bibliotecário.

Durante o evento, foi realizada a mesa redonda "O Papel da Biblioteca e do Bibliotecário no Campo Jurídico", seguida do pré-lançamento do livro "Os Bastidores da Tribuna: Mulher, Política e Poder no Maranhão" de autoria da bibliotecária Mary Ferreira. Além de recital de poesia, houve, na ocasião, a distribuição de brindes alusivos à data.

Na abertura do evento, o desembargador Lourival Serejo destacou o grande desafio do bibliotecário de seduzir os jovens para a leitura, em meio ao grande avanço da tecnologia. "Não há o que substitua o livro", disse.

A diretora geral do TJMA, Alessandra Daurub, ressaltou a importância do evento para

o desenvolvimento profissional do bibliotecário.

"A proposta foi reunir os bibliotecários para discutir estratégias de como desempenhar nossas funções e demonstrar a importância do nosso papel nas instituições", declarou a coordenadora da Biblioteca do Tribunal, Cíntia Valéria Costa.

Participaram da comemoração a coordenadora, a professora do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, Aldinar Martins Bottentuit e a presidente do Conselho de Biblioteconomia do Maranhão, Silvelene da Silva Evangelista.

Para comemorar o Dia Nacional do Livro Infantil e o Dia Mundial do Livro e do Direito Autoral, as bibliotecas do Tribunal de Justiça, da Esmam, e do Fórum de São Luís planejaram atividades para os dias 18 e 19 de abril, incluindo campanha de doação de livros infantis e exposição de produtos literários do acervo.

TJMA investe R\$ 2,5 milhões em novo centro de dados

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) investirá R\$ 2,5 milhões em processo licitatório para a instalação de novo centro de processamento de dados do Poder Judiciário, que funcionará com as mais modernas tecnologias de mercado de informática, sob um forte sistema de segurança. O centro de processamento de dados armazena, em larga escala, todas as informações relativas a processos judiciais e administrativos do Poder Judiciário.

Os recursos serão aplicados diretamente na aquisição de novos equipamentos e programas avançados e na contratação de serviços técnicos especializados, cuja licitação está sendo realizada na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, por lote e pelo sistema de registro de preços, sob a presidên-

cia do pregoeiro oficial do TJMA.

"O Data Center é uma ferramenta estratégica dentro do Judiciário e com os investimentos que estão sendo feitos na infraestrutura de informática trará bons resultados, com a geração de benefícios imediatos, tanto no que se refere à eficiência e agilização dos processos judiciais eletrônicos, como também em relação aos processos administrativos. É uma importante ferramenta em prol da celeridade da Justiça", ressaltou o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto.

SEGURANÇA – além de seguro, o novo centro de dados do Judiciário maranhense terá grande capacidade de armazenamento de dados. Ele será montado conforme os rigorosos padrões técnicos, que exigem sala restrita com acesso controlado por cartão eletrônico, piso elevado para possibilitar a passagem de cabos elétricos e de dados, armários metálicos (racks), onde serão montados os equipamentos e ambiente controlado.

O novo centro de dados será instalado em 120 dias após a conclusão de processo licitatório, e contará com ar condicionado de precisão, sistema de última geração para extinção de incêndios e sistema inteligente de detecção precoce de fumaça.



Atual data center do TJMA deve ser substituído

Poder Judiciário entrega prestação de contas ao TCE

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, e o corregedor geral da Justiça, desembargador Guerreiro Junior, entregaram, em março, ao presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edmar Serra Cutrim, os relatórios com a prestação de contas do Poder Judiciário referente ao exercício 2010.

A prestação de contas inclui os relatórios de gestão do TJMA, da Corregedoria, da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj) e do Fundo Especial das Serventias e Registro Civil (FERC).

"Nossa gestão tem primado pela transparência administrativa e os relatórios que compõem a prestação de contas do Judiciário mostram que os gastos e investimentos do exercício 2010 foram feitos dentro dos parâmetros legais, em conformidade com a legislação", ressaltou Gedeon, ao entregar a documentação.

INVESTIMENTOS - De acordo com os demonstrativos, o TJMA atingiu 78,1% da meta financeira orçada para o ano de 2010. O orçamento autorizado para o exercício foi de R\$ 542.521.906 enquanto o executado foi na ordem de R\$ 423.928.869.

A documentação entregue ao TCE mostra que parte significativa dos investimentos feitos pelo TJMA foi destinada à estruturação da Justiça de 1º grau, com a realização de

inúmeras obras em todo o Estado, incluindo construção, ampliação e a reforma de prédios.

"A prestação de contas expressa a preocupação do Poder Judiciário em dotar a Justiça maranhense de uma estrutura adequada, com vistas a uma prestação jurisdicional que atenda as necessidades dos cidadãos na procura por seus direitos", assinalou Guerreiro Junior.



Presidente e corregedor entregam prestação de contas

Dentre as obras, destaca-se a construção do anexo do Fórum de São Luís, que já se encontra na segunda etapa, com um investimento de R\$ 57 milhões. A inauguração da obra deverá ocorrer em dezembro deste ano.

O Tribunal realizou 267 licitações, dentre novos contratos e renovações. Visando à contenção de gastos, foram adotadas, com resultados positivos, medidas como o controle de diárias e ao uso dos veículos, utilização do cartão corporativo e estipulação de teto para gastos com telefonia móvel e fixa.

Concursos selecionam servidores e notários

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aplicará no dia 29 de maio a primeira prova do concurso público para servidores do Poder Judiciário, no qual estão sendo oferecidas 58 vagas para cargos efetivos e preenchimento de cadastro de reserva para os níveis fundamental, médio e superior.

Para os cargos de nível superior (analista judiciário) estão reservadas 55 vagas, sendo 50 para candidatos com formação em Direito e cinco em Psicologia. Para os candidatos de nível médio estão sendo oferecidas três vagas para o cargo de Comissário de Justiça da Infância e Juventude.

As provas dos concursos serão aplicadas nos municípios de São Luís, Caxias e Imperatriz, pelo Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (Ieses).

CARTÓRIO – Será realizada também no dia 29 de maio a primeira etapa do concurso do TJMA, que oferece 149 vagas para serventias de notas e registros do Estado do Maranhão, sendo 100 para ingresso e 49 para remoção.

O concurso exige formação superior em Direito ou prova de que o candidato tenha dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro, até a data da primeira publicação do Edital no Diário da Justiça Eletrônico.

A exemplo do concurso para servidores, 5% das vagas são reservadas à pessoas portadoras de necessidades especiais. Com exceção da prova de títulos, todas as provas serão aplicadas em São Luís.

O certame também está sendo coordenado pelo Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul.